

AGAMBEN E A PROXIMIDADE ENTRE DEMOCRACIA E TOTALITARISMO

AGAMBEN AND THE PROXIMITY BETWEEN DEMOCRACY AND TOTALITARIANISM

Luiz Felipe H. Piccoli¹

RESUMO

Neste artigo buscaremos expor os vínculos associativos entre democracia e totalitarismo, conforme proposto por Agamben, que remetem a origem teológica dos conceitos políticos. A democracia contemporânea encontra-se hoje ameaçada. Para esclarecer a situação em que se encontra e os perigos que a ameaçam, não basta estar ciente apenas das teorias contemporâneas que procuram esclarecê-la, mas é preciso também trazer à luz os fundamentos ocultos que a compõem. Agamben sugere que há uma “secreta solidariedade” entre democracia e totalitarismo. Essa associação estaria vinculada ao controle sobre a vida, mediante sua captura no estado de exceção. Com o intuito de entender não só esse aspecto do poder, referente ao uso da força, mas também ao seu cerimonial e liturgia, – ao qual o exercício do poder nunca abandonou – buscamos acompanhar a investigação genealógica feita pelo autor. Na sua tentativa de explicitar os elos que articulam conceitos como *oikonomia* e *glória*, Agamben mostra que mesmo após a suposta separação entre teologia e política no Estado laico, permanecem vínculos entre elas mediante assinaturas conceituais. Concluímos defendendo a necessidade da exposição desses vínculos para que a *práxis* política possa ser aprimorada.

Palavras-chave: Democracia; Estado de exceção; Oikonomia; glória; Totalitarismo.

ABSTRACT

In this article we will seek to expose the associative links between democracy and totalitarianism, as proposed by Agamben, which refer to the theological origin of political concepts. Contemporary democracy is now threatened. To clarify this situation and the dangers that threaten it, it is not enough to be aware of contemporary

¹Doutorando – PPG Filosofia Unisinos – Bolsista Capes. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: felipeh.piccoli@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6147-8417>

theories that seek to clarify it, but it is also necessary to bring to light their hidden foundations. Agamben suggests that there is a “secret solidarity” between democracy and totalitarianism. This association would be linked to control over life through its capture in the state of exception. In order to understand, not only this aspect of power related to the use of force, but also to its ceremonial and liturgy form, – from which the exercise of power never abandoned – we seek to follow the genealogical investigation of the author. In his attempt to explain the links that articulate concepts such as *oikonomia* and Gloria, Agamben shows that even after the supposed separation between theology and politics in the secular state, the links remain between them through conceptual signatures. We conclude by defending the need for the exposure of these bonds so that the political *praxis* can be improved.

Key words: Democracy; State of exception; *Oikonomia*; Glory; Totalitarianism.

Artigo recebido em: 12/12/2022

Artigo aprovado em: 15/03/2023

Artigo publicado em: 17/05/2023

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é expor os vínculos associativos entre democracia e totalitarismos, conforme a obra de Agamben, mediante a origem comum referente aos conceitos teológicos. Iniciamos com um questionamento sobre a definição do conceito de democracia, seguido por breve exposição teórica da sua compreensão na contemporaneidade, ressaltando a distinção entre democracia representativa e direta. Diante da impossibilidade prática do exercício da democracia de forma direta aceitamos a necessidade de compreendê-la prioritariamente com um processo representativo, cujo fundamento encontra-se na possibilidade de decisão.

A partir dessa definição, procuramos mostrar a contribuição de Agamben ao tema e como ele aprofunda sua crítica à política como um todo. Na perspectiva do filósofo italiano, todo o poder soberano, seja ele em regimes democráticos ou autoritários, está fundamentado no controle da vida, que é de onde vem o vínculo associativo entre os regimes. Trazemos a ascensão do Movimento 5 Estrelas ao

governo da Itália como um exemplo do enfraquecimento da democracia e do aumento do controle sobre a vida através do uso das novas tecnologias. Para fundamentar sua crítica às democracias contemporâneas espetaculares, Agamben recorre aos conceitos de *oikonomia* e *glória* e procura mostrar que as democracias seguem dependentes da exposição de seus fundamentos teológicos originais para sua adequada compreensão. A originalidade desta abordagem está no recorte e na composição da exposição com ênfase na demonstração dos vínculos ocultos entre política e teologia. Algo que não é óbvio para aqueles que estudam democracia e política, por mais que o seja para os leitores de Agamben.

DEMOCRACIA COMO DECISÃO

Quando falamos em democracia, de que democracia estamos falando? Para Agamben a democracia é um conceito ambíguo (2014). Segundo o autor, atualmente, aquilo que chamamos de democracia se tornou um conceito vazio que não expressa mais sua intenção original. Ou seja, democracia como um modo de vida, no qual o cidadão participa de maneira ativa das decisões. É em virtude do esvaziamento desse conceito que o filósofo italiano propõe repensar a política a partir de outras categorias. De maneira que, se o conceito de democracia perdeu o sentido, então não podemos ficar presos a ele como a única possibilidade da política. É nesse sentido que uma nova abordagem da política se faz necessária com a renovação das categorias e conceitos a partir dos quais a política possa vir ser pensada.

Um certo esgotamento da democracia, ou ao menos a falta de consenso sobre o seu sentido, se evidencia na literatura contemporânea que trata do tema. Conforme com Luis Felipe Miguel, o próprio sentido que se dá à palavra democracia é um “território em disputa” (2014, p. 27). Sabemos que há uma pluralidade de experiências distintas que recebem esse nome. Governos identificados nominalmente como democracia podem ir desde as antigas “democracias populares” do Leste europeu,

passando pela “democracia liberal” norte americana, até a “democracia islâmica” na Líbia de Muamar Gaddafi (MIGUEL, 2014, p. 12). Com experiências tão distintas recebendo o nome de democracia, identificamos que não basta chamar de democracia um regime de governo para que ele seja democrático.

Podemos considerar que a democracia é uma forma de organização social baseada no princípio da igualdade de todos os cidadãos, onde as pessoas decidem coletivamente seu destino. Se assim o fizermos, então, nenhum dos Estados ditos democráticos o é efetivamente hoje em dia. Isso porque as decisões políticas são tomadas por uma minoria de cidadãos, em geral ricos e instruídos, e os cidadãos comuns se limitam a escolher periodicamente quem são os seus representantes. Sendo assim, precisamos encontrar um ponto de convergência que identifique todas as múltiplas experiências democráticas autênticas.

Há uma concepção de democracia dominante no senso comum que a associa a um governo da maioria, a um governo do povo, no qual são realizadas eleições periódicas como instrumento de legitimação. Nesse sentido, o povo só exerce o poder de maneira indireta mediante as instituições. Para evitar problemas paradoxais e complexos não recorreremos diretamente a categoria de “povo”, pela dificuldade inerente em dizer se ainda há um povo e o que ele é. Adotando um posicionamento nessa disputa sobre o sentido de democracia, usaremos o conceito de decisão. O que unifica a questão da democracia, então, é a capacidade de decisão que nela está em jogo. Essa decisão pode ser ampla ou restrita. Pode estar relacionada ao modo de viver e a escolha de representantes. Uma visão pessimista do ser humano defenderá que ele não é apto a escolher e precisa ser conduzido, enquanto uma visão otimista acredita que as pessoas sabem e devem escolher, mesmo que as escolhas não estejam isentas de erros. Democracia é, então, o regime de governo em que, individual ou coletivamente, as pessoas tomam decisões sobre como conduzir a vida em um espaço público.

Conforme Bobbio, a diferença mais significativa entre a democracia antiga e a moderna é que atual é representativa, enquanto a antiga era direta. Ou seja, se no

passado os cidadãos faziam suas escolhas, hoje em dia escolhem os representantes que tomarão as decisões. Segundo ele, há duas diferenças entre a democracia moderna e a democracia antiga: “a primeira foi o efeito natural da alteração das condições históricas, a segunda, ao contrário, foi efeito de uma diferente concessão moral do mundo” (2000, p. 376). As condições históricas se referem à democracia direta só ser possível em Estados muito pequenos e não em vastos territórios. Enquanto o juízo positivo das democracias passa pelo princípio da igualdade e depende do reconhecimento dos direitos individuais do homem. “A democracia moderna repousa em uma concepção individualista da sociedade” (2000, p. 380). Com isso, observo apenas que, nas democracias diretas do passado na Grécia Antiga havia a possibilidade da participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões políticas e na contemporaneidade essa participação se reduziu ao mínimo. Mesmo assim, em ambas as experiências democráticas a centralidade da presença do aspecto decisório permanece. Isso nos remete à teoria de Schmitt onde a decisão tem um papel central na definição do soberano, “soberano é aquele quem decide sobre a exceção” (2005, p. 5). Se na democracia não cabe ao cidadão decidir sobre a exceção, no entanto, cabe a ele decidir quem irá decidir sobre ela, não eliminando de maneira categórica sua capacidade de exercer o poder de decisão.

Nos dias atuais a democracia direta é vista como impraticável, por isso, a única alternativa viável que resta é aceitar a democracia representativa juntamente a todos os problemas inerentes à questão da representatividade. Miguel elenca que os problemas inerentes à democracia representativa são: a) separação entre governantes e governados, em que as decisões são todas por um grupo pequeno formado pela elite política; b) permanência no poder da elite política; c) ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e dos representados; d) distância entre o momento dos compromissos firmados durante a eleição e o momento do exercício do poder de acordo com o cenário encontrado sobre o qual agir (2014, p. 15-17). Para Miguel, a democracia direta é impraticável porque os Estados são muito extensos e populosos,

o que impediria que todos os cidadãos se reunissem ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Além disso, as questões políticas são complexas demais para que possam ser decididas por todos e, em geral, as pessoas não têm tempo para participar pois, em sua maioria, estão ocupadas com afazeres privados (2014, p. 12-13).

Mas, mesmo que a democracia direta fosse possível, ela ainda teria que lidar com os seguintes problemas: a) um conflito entre interesses particulares e coletivos causados pela incompatibilidade entre os interesses individuais e dos grupos; b) as desigualdades reais no mundo social, pois, apesar da igualdade formal, os indivíduos são limitados pelas capacidades cognitivas e materiais de que alguns dispõem para decidir; c) por último, a possibilidade de manipulação da vontade coletiva, sendo a população induzida a decidir pautada por informações falsas (2014, p. 13-14).

Quanto a esse último aspecto, pudemos ver isso ocorrer nos últimos processos eleitorais democráticos do mundo Ocidental, como por exemplo, na Itália. O ponto foi muito bem retratado por Giuliano Da Empoli no recente livro *Os engenheiros do Caos*, no qual é explicada a fundação e desenvolvimento do *Movimento 5 Estrelas*. Trata-se de um movimento de vanguarda, que usou o ressentimento e a frustração dos eleitores, através das redes sociais e da propagação de *fake news*, como estratégia para chegar ao poder e mudar de vez o cenário político com “uma nova forma de fazer política moldada pela internet e pelas novas tecnologias” (EMPOLI, 2022, p. 40).

Desde o início dos anos 90, a Itália havia sido cenário de experiências políticas tornando-se a precursora em novas práticas que depois seriam adotadas em outros lugares pelo mundo. Nessa época foi lançada a operação judicial que eclipsou a classe política da época, o caso Tangentopoli, também chamado de “Mãos Limpas”. A maioria dos membros do parlamento foi investigada e acusada de crimes, alguns líderes dos partidos foram presos e outros fugiram. Naquele momento, a democracia passou a acelerar seu declínio e aumentou a propagação do autoritarismo populista no país. Tal processo se consolidou com as eleições de março do 2018 que levaram o *Movimento 5 Estrelas* ao poder (EMPOLI, 2022, p. 33-35).

O Movimento 5 Estrelas é um partido puramente digital, criado pelo especialista em marketing Gianroberto Casaleggio, que contratou o comediante Beppe Grillo para ocupar o papel de ser “primeiro avatar de carne e osso” de um partido-algoritmo. O modo de operar desse partido é muito mais como uma empresa do que com um partido tradicional. Sem qualquer base ideológica definida, a proposta do partido é meramente agradar a maioria mediante a defesa de qualquer posição, desde que ela gere engajamento e atenção dos apoiadores nas redes sociais (EMPOLI, 2022, p. 44). O Movimento 5 Estrelas é inteiramente fundado na coleta de dados dos eleitores sobre e na satisfação de suas demandas, dirigindo-se diretamente aos eleitores indecisos e entregando a eles mensagens que precisavam receber para mudar de posição. Funcionando com “uma arquitetura aparentemente aberta, fundada na participação das bases, mas na verdade completamente bloqueada e controlada pela cúpula” (EMPOLI, 2022, p. 52). A evolução tecnológica tornou possível a manipulação da democracia pelo uso de dados com análise pormenorizada. A forma de tratar o eleitor de modo individualizado, não como um grupo, foi feita com o uso de *big data* e a formação do perfil de cada usuário cada vez mais restrito e individualizado.

Com a chegada dos líderes do Movimento 5 Estrelas ao poder no governo da Itália em 2018, vemos a ascensão da nova forma de fazer política, que mistura inovações tecnológicas e suas novas formas de comunicação com o populismo autoritário pautado pelo ressentimento e pela indignação, a qual podemos chamar de *algoritmização* da política. Nela há tanto um senso de oportunismo, quanto a ausência de valores morais, ou o repúdio à moralidade instituída, que fazem dos líderes desse movimento verdadeiro “gênios do mal”, como se fossem personagens cartunescos saídos diretamente das histórias infantojuvenis que ganhassem vida. Foi seguindo essa mesma tendência que surgiram líderes populistas autoritários como Trump e Bolsonaro.

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidade. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as fake news que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito (EMPOLI, 2022, p. 18).

Na Itália, como em outros lugares, aquilo que era uma caricatura da política tornou-se o seu centro e a paródia passou a ser a atração principal do espetáculo político-midiático com novas gafes e conspirações monopolizando a atenção. Tudo com intuito de acirrar os ânimos artificialmente, polarizar os debates e criar novos processos de exclusão, para artificialmente desestabilizar a democracia e aumentar a adesão às medidas autoritárias, nacionalistas e anti-imigração.

Na algoritmização da política, exemplificada pelo caso da Itália há a ilusão do aumento na participação, mas se verifica ao contrário uma diminuição da capacidade de decisão pelos eleitores. A captura dos dados dos usuários restringe ainda mais suas escolhas, pois suas vontades são governadas pelo reforço das suas convicções. Na esteira do debate que trazemos aqui, esse exemplo explicita o acelerado esgotamento da democracia tradicional. Também evidencia a aproximação entre democracia e autoritarismo, de maneira que cada vez mais os conceitos passam a entrar em uma zona cinzenta de indistinção, em que se aproximam até se tornem indistinguíveis.

PROXIMIDADE ENTRE DEMOCRACIA E TOTALITARISMO

Para Agamben, um dos problemas do conceito de democracia é que ele é utilizado para falar de coisas muito diferentes como se fossem a mesma. Isso acontece, por exemplo, quando se fala da democracia em Atenas do século V e da democracia contemporânea, como se nos dois casos a democracia em questão fosse idêntica e não experiências completamente distintas. Devido a esse tipo de confusão, seria possível perceber um esgotamento do termo, algo que impediria tomá-lo como fundamento ou um paradigma para transformações políticas a serem implementadas.

O esgotamento da democracia, enquanto um conceito norteador da política, poderia ser atribuído a algum equívoco ou descaminho nos processos democráticos contemporâneos, entretanto, Agamben nos revela em suas pesquisas que a origem é mais antiga e que no centro da própria política há uma captura da vida. Assim a solução do problema do poder político não estaria em ampliar a democracia, aproximando-a de um sistema decisório direto e afastando-a do modelo representativo, pois escolher quem exercerá a soberania não eliminará a figura do soberano que produz a *vida nua* mediante uma *estrutura de exceção*. Isso só levaria à perpetuação de um modelo em um ciclo infinito que faz sempre da política uma biopolítica. O problema para Agamben antecede a forma da democracia, seja ela direta ou representativa, e está na estrutura ontológica do poder, que divide a vida para exercer controle sobre ela.

Agamben, na Introdução de *Homo Sacer I*, enuncia a polêmica tese de que há uma “íntima solidariedade entre democracia e totalitarismo” (2010, p. 17). A seguir ele adverte que não se trata de uma tese historiográfica que anule as diferenças, mas uma tese no campo histórico-filosófico. É somente mediante esta tese que poderemos “orientar-nos diante das novas realidades e das convergências imprevistas do fim do milênio, desobstruindo o campo em direção àquela nova política que ainda resta em grande parte inventar” (2010, p. 17). Quando diz que há entre democracias e os regimes totalitários “uma secreta solidariedade”, em que consiste essa aproximação feita pelo autor italiano?

O autor dirá na sua exposição sobre a teoria da soberania, que a política desde sua origem se caracteriza pela produção de *vida nua*. É nesse elemento fundamental e estruturante que se associam regimes democráticos e totalitários, na capacidade de reduzir a vida à sua matabilidade. Mas é só na política moderna que essa associação entre vida e política se torna tão profunda que passa a ser indistinguível a separação entre elas.

A captura da vida pela política seria o elemento central que aproximaria de forma indissociável democracia e totalitarismo. E o uso das novas tecnologias para fazer política, exemplificado pelo Movimento 5 Estrelas na Itália, seria uma forma mais sofisticada e ampla de controle sobre a vida dos cidadãos. Dessa forma, seria possível explicar como os regimes autoritários podem surgir de regimes democráticos e vice-versa. Isto porque todo regime democrático é um regime autoritário em potência pela possibilidade inerente a ele de decretar o estado de exceção. De acordo com a proposta do autor não basta aprimorar a democracia: é preciso encontrar alternativas a ela. Para isso, ele entende que é preciso voltar ao passado e estudar de maneira arqueológica textos religiosos que expõem os vínculos ocultos associativos entre religião e política. Uma vez que esses vínculos forem expostos, seria possível dessacralizar, no sentido de algo insuperável, a democracia, e propor alternativas a ela. Agamben vai buscar no vocabulário religioso novas categorias para que com isso a política possa ser ressignificada e a potência nela estagnada se liberte para emergir novos usos, sendo exemplos disso a profanação e o messianismo. Agamben, seguindo Benjamin, recorre constantemente a termos da esfera teológica e os aplica a esfera política, como, por exemplo, nos conceitos de messiânico e profanação, produzindo uma renovação no pensamento político, pois se a sua terminologia tradicional se encontra vazia ou destituída de sentido, é preciso que se encontrem novos termos para que se possa discutir a política e explicar a sua lógica de funcionamento.

Segundo Agamben, foi Karl Löwith o primeiro a observar a curiosa “relação de contiguidade entre democracia e totalitarismo” do ponto de vista de uma “politização da vida” como o caráter fundamental da política dos estados modernos tanto totalitários como democráticos (2010, p. 117). Essa associação não é fruto de uma reviravolta súbita, mas se dá por uma crescente importância dos direitos individuais como tema de conflito frente ao poder Estatal. Em resposta ao controle disciplinar que busca normatizar o comportamento privado surgem as reivindicações sobre as liberdades sexuais e sobre o corpo como contraposição.

O fato é que uma mesma reivindicação da vida nua conduz, nas democracias burguesas, a uma primazia do privado sobre o público e das liberdades individuais sobre os deveres coletivos, e torna-se, ao contrário, nos Estados totalitários, o critério político decisivo e o local por excelência das decisões soberanas. E apenas porque a vida biológica, com as suas necessidades, torna-se, por toda parte o fato *politicamente* decisivo, é possível compreender a rapidez, de outra forma inexplicável, com a qual no nosso século [século XX] as democracias parlamentares puderam virar Estados totalitários, e os Estados totalitários converter-se quase sem solução de continuidade em democracias parlamentares. Em ambos os casos, estas reviravoltas produziram-se num contexto em que a política já havia se transformado, fazia tempo, em biopolítica, e no qual a aposta em jogo consistia então apenas em determinar qual forma de organização se revelaria mais eficaz para assegurar o cuidado, o controle e o usufruto da vida nua (2010, p. 118-119).

Seja na tentativa de controle dos regimes totalitários ou na reivindicação de liberdade individual sobre o corpo nas democracias, o cálculo central em ambos é feito sobre a vida, evidenciando-a como o sujeito central da política.

Essas aproximações sugeridas por Agamben ficam mais evidentes em *Estado de Exceção*, quando o autor faz uma genealogia do dispositivo da *exceção* e sua aplicação pelos regimes democráticos. “O estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista” (2004, p. 16). Ele destaca ainda o quanto aumentaram a vigilância e a privação de liberdade nos regimes democráticos contemporâneos, nos quais foram aprovadas leis mais restritivas e abusivas que aquelas outrora aplicadas nos regimes autoritários. Sua constatação mais estarrecedora é que há uma expansão no uso do estado de exceção como dispositivo de governo pelos regimes democráticos. O aumento da frequência desse dispositivo se intensificou de tal forma que produziu uma indistinção entre o fora e o dentro da lei. Com a propagação do estado de *anomia*, a aplicação da lei pela força e a ausência de lei em vigor, levam a anular a diferença entre lei e estado de exceção, fazendo com o que os regimes democráticos revelem a sua essência autoritária que faz uso da violência tanto para instaurar, quanto para manter o direito. Quando necessário, o governo suspende o próprio direito para o livre exercício da violência como meio de

garantir a existência do Estado, conforme Benjamin demonstrou em seu texto *Crítica da Violência*.

O estado de exceção se converte assim em um paradigma de governo ao qual se recorre, em situações de necessidade, tanto os estados autoritários quanto os democráticos, evidenciando, assim, a sua oculta associação. A partir do momento em que as democracias Ocidentais rompem com a aplicação da lei e criam novas zonas de anomia onde o direito não se aplica, elas se assemelham cada vez mais aos regimes autoritários onde a exceção é a norma. Esses espaços podem ser os centros de detenção de migrantes e refugiados, as prisões usadas para manter terroristas presos e os campos de concentração e Agamben procura recontar brevemente a origem desses espaços.

A tese sustentada por Agamben é de que, a partir da criação do estado de exceção a sua história é de uma progressiva emancipação das situações de guerra, passando de um dispositivo de governo de uso esporádico para um uso contínuo nas democracias contemporâneas. Agamben expõe uma “Breve história do estado de exceção” em diversos países, começando pela França e passando depois pela Alemanha, Suíça, Itália e Estados Unidos. Nesse percurso, ele aborda a evolução da doutrina constitucional e da legislação ao longo dos séculos XIX e XX. Para além das diferenças existentes entre esses países, o sentido da evolução dessa história é mostrar como o estado de exceção tornou-se independente da situação de uma ameaça bélica, de acordo com o que era originalmente pensado para se deslocar e justificar situações de emergência econômica, até finalmente converter-se em uma prática habitual (2004, p. 24-38). Como, por exemplo, ocorreu nos EUA no combate ao terrorismo após o *11 de Setembro*, sob a administração Bush, com o *Patriot Act* de 2001 (AGAMBEN, 2004, p. 14).

Percebida essa associação entre ambos os regimes, uma maneira de escapar à essência autoritária das democracias, segundo o filósofo italiano, não é mediante uma reforma que aprimore e fortaleça a democracia, mas fazendo da vida algo *inapropriável*.

É mediante a fundamentação de novas bases ontológicas que procuram enfatizar uma potência-de-não, aquela que não se esgota no ato, mas que segue em vigor de maneira contínua, que Agamben dará prosseguimento à tentativa de pensar uma *política que vem*. Feitas essas aproximações com o totalitarismo, vejamos agora como Agamben explica o funcionamento interno do governo e sua fundamentação teológica.

A ORIGEM TEOLÓGICA DE CONCEITOS POLÍTICOS

É na obra *Reino e Glória*, em que faz uma genealogia do governo e da *oikonomia*, que Agamben introduz a ideia de que a estrutura última da máquina governamental do Ocidente está na relação entre *oikonomia* e glória.

Identificar na Glória o arcano central do poder e interrogar o nexo indissolúvel que o vincula ao governo e à *oikonomia* poderá parecer a alguns uma operação desusada. No entanto, um dos resultados de nossa pesquisa foi precisamente que a função das aclamações e da Glória, na forma moderna da opinião pública e do consenso, continua presente no centro dos dispositivos políticos das democracias contemporâneas (2011, p. 10).

Em sua busca pela fundamentação do político, Agamben dirá que os aspectos teológicos foram ignorados e é nesse campo do saber que ele procurará respostas. Fazendo isso, ele segue a segunda tese principal de *Teologia Política* da Schmitt, que afirma que “todos os conceitos políticos mais importantes são conceitos teológicos secularizados” (2005, p. 36). Agamben, indo no encalço dessa afirmação, produz uma verdadeira exegese dos textos religiosos e nelas procura lançar luz à oculta relação entre o poder e a glória. A glória é entendida como o lugar em que o caráter bilateral da relação entre teologia e política aparece com mais evidência. “Nesse sentido, a teologia da glória constitui o ponto de contato secreto pelo qual teologia e política incessantemente se comunicam e trocam seus papéis entre si” (2011, p. 213-214).

Em relação ao seu papel na política contemporânea, o autor considera que

a democracia contemporânea é uma democracia baseada integralmente na glória, isto é, na eficácia da aclamação, multiplicada e disseminada pelos meios massivos para além de toda imaginação (que o termo grego para glória – *doxa* – seja o mesmo que designa hoje a opinião pública é, desse ponto de vista, algo mais que uma coincidência). E, como já havia ocorrido nas liturgias profanas e eclesíásticas, esse suposto “fenômeno democrático original” é uma vez mais capturado, orientado e manipulado sob as formas, e segundo as estratégias, do poder espetacular (AGAMBEN, 2011, p. 278).

As democracias contemporâneas são, então, vistas como a sociedade do espetáculo em que, desse ponto de vista, são uma sociedade em que “o poder em seu aspecto ‘glorioso’ se torna indiscernível com relação à *oikonomia* e ao governo” (AGAMBEN, 2011, p. 10).

Em *O Reino e a Glória*, Agamben procura expor o funcionamento do que considera a máquina governamental do Ocidente. O conceito de máquina na proposta do autor se refere a um dispositivo que articula dois elementos que parecem se excluir ou se opor, criando entre eles um espaço vazio. Soberania e governo, *auctoritas* e *potestas*, são os dois elementos articulados na máquina governamental. No centro vazio dessa máquina se produz uma zona de indiscernibilidade, na qual é impossível distinguir entre os dois elementos. Mas o que é capturado nesse espaço vazio entre eles não é uma substância nem um fazer, é a *inoperosidade*.

Glória é o conceito que está relacionado àquilo que é revestido de uma aparência divina. Em sua análise do conceito de glória [*kabod*, *doxa*] Agamben procura fazer uma *desestetização* do conceito e recolocá-lo como termo propriamente político. Através de uma longa genealogia dos usos teológico-históricos da glória, Agamben distingue e evidencia a separação em dois sentidos. Glória é entendida no primeiro sentido como algo que Deus tem ou cria e, no segundo sentido, como glorificação, como o que a criatura dá ao Ser Divino, na forma de louvor. Há aqui uma via de mão dupla que pode ser entendida como uma questão paradoxal: por um lado, a glória é tanto aquilo que é próprio de Deus e vai em direção ao que é criado por ele, quanto aquilo que vai da criação em direção ao seu criador. Mas se Deus já é glorioso, por que ele precisa ser glorificado pela sua criação?

A resposta de Agamben ao examinar a relação dialética da glória [*doxa*] com a *oikonomia* no cristianismo, demonstra que a economia da trindade é constitutivamente uma economia da glória como tal. Desta forma, a glorificação não é propriedade da glória, porque de alguma forma deriva dela, mas em vez disso a glorificação como um ato cria e pressupõe a glória em si. Isso forma uma circularidade entre aquilo que glorifica e o que é glorificado sem um início ou fim “em que cada um dos dois aspectos glorifica o outro e resulta do outro” (2011, p. 213).

O que Agamben entende por *oikonomia* é o “governo dos homens”, mas era originalmente entendida apenas como um paradigma gerencial, o governo da casa, a gestão da esfera privada e não do espaço público. Desse sentido original grego, o termo passa a ser compreendido em uma dimensão teológica, para depois sair da dimensão religiosa e se tornar a gestão da vida pública. Compreender o papel desempenhado pela *oikonomia* na vida pública implica compreender a sua transição da esfera privada para a teológica, como forma de elaboração da doutrina trinitária, e então seu deslocamento seguinte como parte do funcionamento interno operado na máquina governamental.

A *oikonomia trinitária* consiste em um modelo paradigmático para observar o funcionamento da máquina governamental. Através da análise terminológica do texto paulino, Agamben vai em busca das origens da transposição teológicas da *oikonomia*. Agamben considera que o sentido originário do termo se conserva, apesar de ser opinião corrente que nos textos de Paulo o termo aparece pela primeira vez com sentido teológico (2011, p. 35). É somente a partir de outros autores cristãos do século IV e V que passará a se desenvolver novas significações de sentido teológico. O termo será utilizado para falar da práxis divina e de sua atividade dirigida a um determinado fim, passando, a partir daí, a ser entendido com significado de “plano divino da salvação” em referência à encarnação de Cristo (2011, p. 34)².

²Agamben considera que mais do que a uma alteração de sentido na significação teológica do termo *oikonomia* ela refere mais a uma “progressiva expansão analógica da sua denotação”.

Nos textos de Paulo analisados por Agamben, ele interpreta que o termo aparece sempre no sentido de uma atividade administrativa, um encargo e uma missão, mas não como um “plano divino de salvação” como costuma ser erroneamente compreendido (2011, p. 37). Agamben, ao analisar outros termos empregados pelo apóstolo, indica que em geral o léxico da mensagem de Paulo é “econômico” e não político. Isso reflete uma mudança terminológica da época helenística que tende a tornar obsoleta a oposição aristotélica entre *oikos* e *pólis* (2011, p. 38).

A primeira vez em que o termo aparece em relação à articulação trinitária é no sentido de uma organização interna. Essa passagem ocorre na obra de Taciano, um religioso romano, que utilizou o termo *oikonomia* ao tratar da relação entre o *logos* e o Pai, tendo passado despercebido pelos historiadores o significado retórico do uso da relação entre Deus e seu discurso que é também ação. Depois, a metáfora retórica tornou-se mais usual para articular a unidade trinitária, como mostra Agamben nas passagens de autores da época. E assim, o termo foi sendo readequado pelos autores cristãos dos primeiros séculos, principalmente Hipólito e Tertuliano, até se tornar o dispositivo central do paradigma trinitário (2011, p. 49).

Castro dirá que, segundo Agamben,

Desse modo, a economia, que em Paulo faz referência à atividade tendente a cumprir o encargo que lhe havia sido confiado por Deus, passa a significar a atividade mesma de Deus, personificada no Filho, o *Lógos*. Por isso, a expressão paulina terminará invertendo-se. Já não se trata de uma ‘economia do mistério’, mas do ‘mistério da economia’: a práxis de Deus, sua economia, em si mesma misteriosa. É a partir daqui que os autores cristãos desenvolverão uma concepção da história em termos econômicos, a saber, como economia da salvação (2013, p. 86).

Para compreender o paradigma teológico da economia e do governo, Agamben recorrerá à elaboração conceitual do *dogma da Trindade*. Foi mediante o recurso à economia que permitiu aos primeiros teólogos da Trindade afirmar a unidade de Deus, sem negar a pluralidade de pessoas. A pluralidade de pessoas não se refere ao ser de Deus, mas só à sua atividade, à sua economia, pois em Deus há uma única

substância. Desse modo, evitaram cair no politeísmo. Segundo Agamben, para evitar o politeísmo o pensamento cristão teve como consequência que “introduzir em Deus uma divisão entre seu ser e seu fazer, entre ontologia e práxis divinas.” Nesse sentido, produz os dois usos teológicos do termo *oikonomia*: o primeiro que se utilizava para falar da organização interna da divindade, de seu ser; o segundo, para o governo divino da história, para a economia da salvação (2011, p. 51).

Segundo Castro, como consequência o antagonismo entre ser e *práxis* levará a uma oposição entre teologia, que se ocupa do ser de Deus, e economia que se ocupará de sua *práxis*. Surgirão assim duas racionalidades diferentes: a racionalidade específica do discurso teológico que remete ao paradigma da soberania e a racionalidade da economia que remete o paradigma do governo (2013, p. 89). Para Agamben, se deve a Peterson o mérito de haver estabelecido o paralelismo entre o paradigma liberal que separa o reino do governo e o teológico que separa em Deus seu ser e sua *práxis*.

Em uma genealogia da separação entre reino e governo, o cristianismo fará frente à cisão entre ser e *práxis* com a elaboração de uma doutrina teológica da providência. É nesse vínculo entre *oikonomia* e providência que será possível identificar o que a teologia cristã traz de novidade em relação à mitologia e “teologia” pagã.

A teologia cristã não é um ‘relato sobre os deuses’; é imediatamente economia e providência, ou seja, atividade de autorrevelação, governo e cuidado do mundo. A divindade articula-se em uma trindade, mas esta não é nem uma ‘teogonia’ nem sequer uma ‘mitologia’ e sim uma *oikonomia*, a saber, ao mesmo tempo articulação e administração da vida divina e governo das criaturas (2011, p. 62).

É assim, mediante a noção de providência, que se articulam o ser e o fazer divino. Se em um primeiro momento o conceito de *oikonomia* aparece na teologia como um operador estratégico na conciliação entre unidade e trindade, com o desenvolvimento do problema trinitário em termos metafísicos ele alcança sua forma definitiva. A *oikonomia* desaparece progressivamente do vocabulário trinitário para se conservar apenas no da história da salvação. É por isso que, no início da sua

investigação, Agamben menciona que contará a história de um esquecimento. Nesse sentido, a *oikonomia*, para Agamben, é o paradigma ontológico oculto do governo moderno e da relação funcional negativa entre ser e *práxis*.

Mesmo desaparecendo, ele segue atuante. Quando é feita a inversão da expressão paulina “economia do mistério” em “mistério da economia”, fica oculta a articulação. Nesse sentido, o mistério passa a ser a maneira na qual Deus age sobre o mundo. Isso tudo com o intuito de dizer que o termo *oikonomia* é decisivo, pois em sua diferente significação está a relação interna de Deus, o funcionamento do mundo e a relação entre o Divino e o mundo. E esse papel intermediário é mais importante, pois é através dele que transcendência e imanência se relacionam. Algo que produziu ao longo da história muitas incompreensões foi entender em apenas um sentido ou no outro a expressão. Mais do que mostrar um terceiro significado, o que Agamben pretende é apontar que os dois significados estão unidos e não são excludentes, mas que apesar de distintos são inseparáveis.

o Estado moderno herda ambos aspectos da máquina teológica do governo do mundo e [...] através da distinção entre poder legislativo ou soberano e poder executivo ou de governo, o Estado moderno assume para si a dupla estrutura da máquina governamental [...]. O paradigma econômico-providencial, é nesse sentido, o paradigma do governo democrático, assim como o teológico-político é o paradigma do absolutismo (2011, p. 159).

Assim “a vocação econômica-governamental das democracias contemporâneas não é um acidente de percurso, mas parte integrante da herança teológica de que são depositárias” (2011, p. 159).

Em termos de democracia moderna, que segue o paradigma *oikonomico*, passamos a pensar no governo em termos da divisão entre o poder legislativo ou soberano, que age através de leis e princípios universais; e poder executivo, que realiza em *práxis* o princípio geral. O vocabulário e a estrutura do governo estão ligados ao paradigma de *oikonomia* de maneira que a teoria política e jurídica emprega os termos da administração pública e da ordem. Para Agamben, então, a história política é,

portanto, a história das numerosas articulações em mudança da bipolaridade funcional do poder governamental: reinado e governo; soberania e economia; lei e ordem; lei e polícia.

O filósofo italiano considera que a maneira como o governo divino (e hoje governo democrático) torna-se eficaz e percebe-se é através de efeitos colaterais. A máquina governamental torna-se apenas operacional, enquanto oscila constantemente entre duas esferas separadas de poder geral e particular. Essa proposição, juntamente ao caráter essencial do poder providencial como um poder que governa, não através de um ato de força, mas através do livre arbítrio dos governados, torna o poder governamental como um poder que deriva sua suposta essência de um trono vazio. Deus ou o poder governam como se estivessem ausentes do mundo e o fazem seguindo o paradigma trinitário, de maneira através da qual não há como atribuir a uma pessoa a base original, e ausente, do poder.

No poder governamental moderno, isso pode ser visto na oscilação entre poder constituinte e constituído, soberania e execução, legislação e polícia, o que torna cada vez mais impossível colocar a responsabilidade real sobre qualquer um em particular. O núcleo secreto da política não é, portanto, nem soberania, nem lei, mas o vazio do governo que captura a inoperatividade humana na forma da *glória*. A glória está intimamente ligada à inoperatividade constitutiva da humanidade como um ser inessencial. Dessa forma, é como o poder em seu aparato governamental a captura, a fim de evitar sua desvinculação.

O Governo glorifica o Reino e o Reino glorifica o Governo. Mas o centro da máquina é vazio, e a glória nada mais é que o esplendor que emana desse vazio, o *kobod* inesgotável que revela, e ao mesmo tempo, vela a vacuidade central da máquina (AGAMBEN, 2011, p. 231).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se não é mais possível distinguir totalitarismo e democracia, então não faz mais sentido falar neles como opostos. É preciso falar, por exemplo, em práticas politizadoras ou despolitizadoras. É nesse sentido que profanar a sacralidade da democracia significa dar novos usos aos termos que já não podem mais ser usados. Por exemplo, “lutar pela democracia” num lugar que já se chama de democracia não faz sentido. A luta, nesse caso, passa a ser por mais participação política, por mais liberdade de decisão e não por uma democracia vazia de sentido e que já está aí, mesmo que de maneira não democrática de modo efetivo. Nesse caso, uma repolarização faz mais sentido do que democratizar a “democracia”. Ou então, para defender uma democracia, devemos nos referir a algo novo, algo que não tem relação alguma com o que hoje é chamado de democracia.

Apenas mediante a ampliação na compreensão da herança teológica que marca a política moderna que poderemos compreender o paradigma em que nos encontramos. As secretas associações entre governos autoritários e democráticos partem da estrutura comum que compartilham e da necessidade de inclusão da vida sempre em seus cálculos gerenciais. Com o uso das novas tecnologias, exemplificado pela ascensão do Movimento 5 Estrelas na Itália, não há exclusão da vida nos cálculos da política, mas sim um aumento do controle sobre a vida. Nublado, com isso, ainda mais as já tênues distinções entre democracia e autoritarismo.

Assim como uma assinatura, o secularismo não excluiu o teológico do pano de fundo político e apenas demonstra como ele permaneceu oculto. É nesse sentido que a glória segue como uma assinatura de Deus na legitimação do poder, que ao ser alcançado busca glorificar a imagem de Deus reinstaurando a sua circularidade. Seja através da liturgia na busca da glória ou no exercício de controle individual, desvendar as aporias que cercam e conservam a aplicação do poder segue tarefa da filosofia presente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Homo Sacer II, 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Reino e a Glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo. Homo Sacer II, 2. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGAMBEN: A democracia é um conceito ambíguo. Entrevista. **Blog da Boitempo**, 04 jul. 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/agamben-a-democracia-e-um-conceito-ambiguo/#prettyPhoto>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben**: uma arqueologia da potência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia**: uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do Caos**. São Paulo: Vestígio, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: território em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SCHMITT, Carl. **Political Theology**: Four chapters on the concept of sovereignty. Chicago: University of Chicago Press, 2005.